



INFOQUADROS

DEZEMBRO

N.º 12/2009



FESTAS FELIZES

MENSAGEM DE NATAL

Nesta época festiva do

nascimento do Menino Deus Nosso Senhor desejamos encontrar o inconformismo necessário para que a esperança não esmoreça.

Nesta época de paz, alegria e amor recordamos que Ele é que nos faz capazes de sermos ministros de uma nova aliança, não da terra mas do espírito.



PELO 2º ANO CONSECUTIVO A QUEBRA DA PRODUTIVIDADE PREVISTA PARA 2009 LIMITOU E ATRASOU O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

A taxa de inflação prevista para um valor negativo este ano (-1%), atenuou a perda do poder de compra registada para a generalidade dos funcionários públicos durante os últimos 9 anos. Tal facto não impede que se tivesse assistido na última década a uma quebra acumulada de 6,9 pp em termos reais entre 2000 e 2009 para aqueles que registaram um congelamento salarial nos anos de 2003/2004 e de 3,4 pp para os restantes. Entretanto, o nível negociado para a contratação colectiva (sector privado) registou em 2009, um aumento médio de 2,8% nos 7 primeiros meses, sensivelmente igual à tabela negociada para a função pública, resultando num valor positivo de 4,4 pp em termos acumulados reais desde 2000.

Actualmente, existem alguns sinais de inversão da tendência de descida da inflação para 2010, com um valor previsto situar-se em +1,3% em Portugal, de acordo com a CE. Os preços de energia deverão aumentar para cerca de 5,9% em 2010, invertendo a quebra registada nos 9 primeiros meses de 2009 (-10,4%) e os preços dos bens excluindo os produtos energéticos tenderão a acelerar para +0,7% em 2010 (+0,2%, em média até Setembro de 2009) (Gráfico 4). O preço do petróleo tem vindo a subir nos últimos meses, estando previsto uma subida para 76,5 USD/bbl em 2010 (61,3 USD/bbl estimados

para 2009) devendo originar uma subida dos preços dos combustíveis, com efeitos no aumento dos custos das empresas afectando a competitividade dos seus produtos e na erosão do poder de compra das famílias portuguesas.

Se até Setembro de 2009, os preços tiveram em geral uma variação negativa (-0,9%, em média, no conjunto dos 9 primeiros meses) devido sobretudo à queda dos preços de energia, transportes e alimentares, existiram, contudo, produtos que mantiveram um forte crescimento nos seus preços, tais como os associados às classes de “educação” e “restaurantes e hotéis”, os quais apresentaram uma subida de 3,5% e de 2,8%, respectivamente.

Neste aspecto, sugere-se a maior contenção possível do aumento dos preços de certos bens essenciais e fixados administrativamente para 2010, tais como da electricidade, da água e dos transportes públicos. A subida já anunciada, em Outubro, pela ERSE das tarifas de electricidade para 2,9% em 2010, parece demasiado elevada, levando em linha de conta a taxa de inflação prevista (+1,3%). Não podemos ignorar que nos últimos anos, as tarifas da electricidade têm subido mais do que os aumentos dos vencimentos dos trabalhadores da AP, tendo sido de 6,5% em 2007; 2,9% em 2008 e de 4,3% em 2009.

A QUEBRA DA PRODUTIVIDADE

Cont.pag.2

Tabela Salarial da Função Pública dos funcionários públicos com vencimento mensal acima de 1 000 € e da Contratação Colectiva (Taxa de variação, em %)

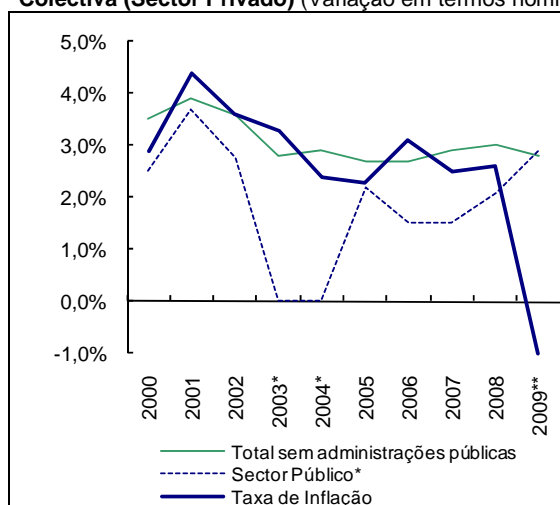
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
A. Função Pública										
a) Tabela Salarial	2,5%	3,71%	2,75%	0,0%	0,0%	2,2%	1,5%	1,5%	2,1%	2,9%
b) Poder de compra (real) em pp	-0,4	-0,69	-0,85	-3,3	-2,4	-0,1	-1,6	-1,0	-0,5	+3,9
c) Poder de compra acumulado (real) em pp**	-6,9									
B. Sector Privado										
a) Contratação Colectiva	3,5%	3,9%	3,6%	2,8%	2,9%	2,7%	2,7%	2,9%	3,0%	2,8%***
b) Poder de compra (real) em pp	+0,6	-0,5	0,0	-0,5	+0,5	+0,4	-0,4	+0,4	+0,4	+3,5***
c) Poder de compra acumulado (real) em pp	+4,4									
Taxa de Inflação	2,9%	4,4%	3,6%	3,3%	2,4%	2,3%	3,1%	2,5%	2,6%	-1,0%

* Previsão da Taxa de Inflação p/o ano de 2009 é da CE. ** A quebra acumulada do vencimento real foi de 3,4 pp para os trabalhadores que tiveram um vencimento mensal abaixo de 1 000€ nos anos de 2003 e 2004 e que tiveram um aumento salarial de 1,5% e 2%, respectivamente. *** Primeiros 7 meses.

Se em 2009, a situação financeira das famílias ainda foi certamente “salva” pelos trabalhadores que não perderam o emprego proporcionando-lhes um aumento do seu rendimento disponível causado pela descida da inflação e das taxas de juros. Já em 2010, as perspectivas apontam para a possibilidade do

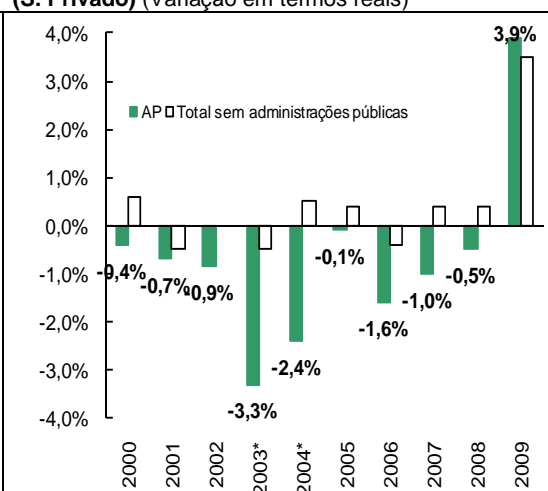
rendimento destas famílias também vir a sofrer de alguma deterioração se não for suficientemente compensado por aumentos salariais condignos, uma vez que a taxa de inflação vai aumentar e as taxas de juro subirem.

Tabela Salarial da Função Pública e da Contratação Colectiva (Sector Privado) (Variação em termos nominais)



* vencimento mensal acima de 1 000€, tendo sido de 1,5% e de 2% para os vencimentos abaixo deste nível, em 2003 e 2004. ** P/ Total sem AP o valor foi de 2,8% até Julho de 2009. P/ Taxa de Inflação de 2009 foi considerada a previsão da CE (-1,0%).

Tabela Salarial da FP e da Contratação Colectiva (S. Privado) (Variação em termos reais)



* vencimento mensal acima de 1 000€, tendo sido de -1,8% e -0,4% p/ os vencimentos abaixo deste nível, em 2003 e 2004. P/ Taxa de Inflação de 2009 foi considerada a previsão da CE.

A PALAVRA AOS ASSOCIADOS

HISTÓRIA DE HORROR E FANTASMAS

Hoje é moderno fazer estudos (caríssimos e inúteis) para fazer o diagnóstico. A fotografia que sustenta as políticas perspectivadas para o futuro. Aqui e agora vamos esmiuçar as origens dos problemas.

No futebol português tivemos uma geração de ouro integrada entre outros por Figo, Rui Costa, Pauleta, Paulo Sousa, Abel Xavier, Sérgio Conceição, Fernando Couto e Vítor Baía.

Mas Portugal teve também a geração tututu.

Em 1974, um grupo de quadros médios apoiados nas classes inferiores das organizações e acusando de fascistas a elite dos quadros da superestrutura da sociedade política e empresarial varreu da sua frente esses escolhos e sentou-se nas suas cadeiras. Democráticamente diziam muitas vezes pá e tratavam-se por tu.

Cedo esta geração chegou ao poder tendo-o alargado através da nacionalização de muitas empresas.

Quando foi preciso mudaram-se para a direita para se manterem no centro do poder.

LÁGRIMAS DE CROCODILO

Perante dificuldades empresariais e económicas os líderes empresariais com ar constrangido comunicam ao restante management que teve de assumir decisão difícil e muito dolorosa: reduzir uma percentagem x de postos de trabalho.

Este problema não é novo, só que a crise tornou-o mais actual, mediático e visível.

Esta decisão é habitualmente envolvida em certo dramatismo e noticiada como decisão penosa para a qual não havia alternativas. Mas a verdade é que este tipo de decisões é, em muitos casos, a mais fácil de tomar. É muito mais fácil despedir alguns colaboradores do que conseguir novos produtos,

Receberam um país com um saldo líquido de activos sobre o exterior estimado acima de um terço do PIB, venderam as empresas que entretanto nacionalizaram, receberam milhões da Europa, consumiram o que tinham e o que não tinham e reformaram-se deixando como legado um saldo líquido de passivos sobre o exterior de 100% do PIB. Isto é, receberam uma herança, juntaram-lhe outra vinda da Europa, nacionalizaram uma terceira, consumiram as três e deixaram uma dívida de um ano de trabalho. É obra!

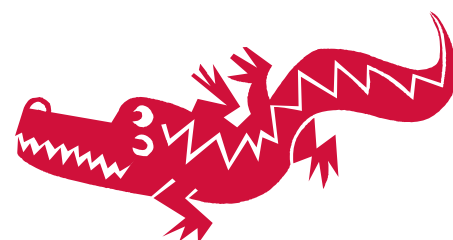
Atentemos nos factos: empurraram os outros da cadeira onde se sentaram, cuidaram-se bem na vida activa e reformaram-se, alguns antes da idade dos agora impostos 65 anos, com reformas a 100% calculadas sobre os melhores anos da vida contributiva.

Foi uma geração de ouro a geração tututu: tudo quiseram, tudo tiveram, tudo desbarataram como se a democracia não tivesse de ser competente. E hoje os seus concidadãos estão na miséria, sem alternativas nem euro. nem o sugerido por um escritor norte-americano têm que pensar nas coisas grandes enquanto fazem as pequenas.

Sócio devidamente identificado

aumentar as vendas ou mesmo reduzir custos evitáveis.

Sem prejuízo do princípio de que as empresas devem ter ao seu serviço o número de trabalhadores absolutamente necessários poderiam assumir mais consciência social para evitar, por exemplo, que só nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2009 o desemprego tenha aumentado 17,7% face a 2008 à média de 40 desempregados por hora.



Sócio devidamente identificado

A ÉTICA NA POLÍTICA E NA ECONOMIA

Alguns escândalos recentes na política e na economia obrigam a repensar os valores dominantes nas nossas sociedades democráticas e que levaram quer aos excessos dos executivos de grandes empresas quer a um clima excessivamente condescendente no comportamento dos políticos.

A ideologia dominante nas últimas décadas e que nasceu da revolução liberal simbolizada por Reagan e Thatcher assentava na ideia de que o igualitarismo que dominou o pensamento político depois da II Guerra Mundial e que levou à construção do Estado de bem estar tinha gerado efeitos sociais perversos e que era preciso voltar à valorização da responsabilidade individual e à compensação do mérito, do esforço e do risco e também na ideia de que enriquecer era um objectivo legítimo. Nenhuma destas ideias é má em si mesma.

O que as tornou perversas foi o facto de terem sido levadas ao extremo e exigidas em valores quase absolutos. Perdeu-se o sentido da decência e de equilíbrio.

A dimensão da crise, já revelou até que ponto os banqueiros não mereciam o dinheiro que ganhavam.

A inversão de valores impede que as pessoas se questionem. Se o sucesso é riqueza onde fica a ideia de serviço público? Se mérito se traduz em dinheiro onde fica a recompensa moral?

O problema é que quando a política recoloca a economia em bases mais sãs e a sociedade em bases mais justas a reputação dos políticos é também afectada.

Sócio devidamente identificado

A PALAVRA AOS ASSOCIADOS

POTENCIAS A EMERGIR

Pela primeira vez a China é a economia que mais exporta em todo o mundo, tendo vendido ao exterior um pouco mais do que conseguiu a Alemanha, a tradicional líder deste indicador.

Sinal claro da afirmação da China como potência mundial ombreando com os EUA e a EU, fazendo alterar a habitual política geoestratégica assente em duas grandes potências e portanto tornando ultrapassados e caducos os velhos conceitos de G8 e G20 e também como influente potência regional.

Sócio devidamente identificado



NOTÍCIAS BREVES



A GUERRA DE OBAMA

Aparentemente numa comunicação menos cuidada Obama terá deixado perceber o seu pensamento de que a guerra que vale a pena é a guerra afegã. Ora, no Afeganistão votos e mortos misturam-se numa espiral onde o terror soma pontos. A opinião pública americana fez a contabilidade dos seus mortos no Iraque e no Afeganistão como fez no Vietname. Aqui em 15 anos de guerra foram 60 mil. Mas a opinião pública americana, apesar do convencimento de Obama, não suportará outro Vietname.

REFLETIR SOBRE A CRISE E APRENDER COM ELA

As agências internacionais fizeram eco da crise na Finlândia com uma recessão recorde na zona euro no segundo semestre, com uma queda do PIB de 9,4% a maior da zona euro, provavelmente só ultrapassada pela Irlanda cujos dados ainda se aguardam.

Existem, claro, razões para esta quebra. A economia finlandesa depende em boa medida das exportações (telemóveis, madeira e papel) e por isso foi duramente afectada pela crise mundial, quando a procura dos seus produtos baixou. Já é conhecida a forma brutal como a Irlanda foi atingida pela crise ou as dificuldades enormes da nossa vizinha Espanha com o desemprego a aproximar-se dos 20% e a economia ainda em queda.

A questão que nos acode ao espírito é a seguinte: são as economias mais bem sucedidas da Europa, aquelas que nos foram sistematicamente dadas como exemplo a seguir que agora estão com maiores

dificuldades. Cada caso tem a sua explicação. O famoso modelo finlandês, com um fortíssimo investimento no ensino e na qualidade da mão-de-obra, não perdeu os seus méritos por causa da crise. Assim como o muito que os irlandeses fizeram para passar de um dos mais pobres a um dos mais ricos mantém-se válido.

Do mesmo modo o facto de as economias francesa, alemã e portuguesa terem sido das primeiras a dar indícios de algum crescimento positivo não nos deve levar a concluir que sejam economias mais capazes de dar a volta e voltar a crescer sustentadamente.

O que sabemos não nos deverá impedir de reflectir sobre o que se passou com esta crise e aprender com ela.

Porque, na verdade, perdeu-se a confiança numa evolução positiva do mundo. Desapareceu a certeza de que o dia de amanhã será melhor do que o dia de hoje.

BÓNUS SIM, MAS COM MODERAÇÃO

As quantias astronómicas pagas aos executivos da banca, olhados por muitos como os principais responsáveis da actual crise económica, têm causado indignação um pouco por todo o mundo.

Do Reino Unido vem o mais recente entrave ao capitalismo de casino. Dois dias depois de a autoridade dos serviços financeiros ter ditado novas regras para a regulação do sector, que o Governo britânico considerou demasiado tímidas, este quer agora endurecer a legislação que controla os

prémios pagos aos quadros de topo da alta finança.

Aos governantes mundiais de Barack Obama a José Sócrates passando por Sarkozy e Merkel não resta outra atitude senão fazer-lhes frente.

Um ano depois de os Governos os terem segurado à beira do precipício o seu deslante já nos deixou sobressaltados. Os grandes bancos já começaram a reembolsar as ajudas dadas pelo Estado e, de novo senhores da sua casa, pagam o que querem e a quem querem. Fica a ideia

que o egoísmo de Wall Street não conhece ética nem bom senso.

Segundo o inspector encarregue de acompanhar o programa de ajuda aos bancos somadas todas as ajudas e garantias que o Estado norte-americano concedeu aos bancos, empresas e famílias, chega-se à soma alucinante de mais de 23 biliões de dólares. Para se ter uma ideia esse valor representa oito vezes o orçamento americano e 150 vezes o PIB português.

NOTÍCIAS BREVES

A ESPERANÇA ENTRE A FRUSTAÇÃO

Com promessas de relançar a economia, promover o emprego, valorizar as exportações, modernizar o país, reduzir as desigualdades, políticas públicas na educação, saúde, defesa, segurança simultaneamente bem geridas e humanas são promessas gastas que já nada dizem aos portugueses pontapeados de decepção em decepção com governos, quer ditos de esquerda, quer ditos de direita.

Já se tornou lugar comum dizer que as crises trazem sempre consigo uma mão cheia de oportunidades. É verdade, mas também é verdade que carregam igualmente um enorme potencial de erros e de decisões perversas por parte dos Governos.

De facto, perante uma crise como a actual, baixa de forma drástica o escrutínio do modo como são gatos os fundos públicos, precisamente numa altura em que os governantes são tentados a atirar com dinheiro para os problemas na esperança de os resolver, quantas vezes sem método e sem resultados.

Um erro comum é confundir os impactos conjunturais – que são provocados pela crise e que desaparecem com ela da mesma forma que vieram – com desequilíbrios estruturais que já existiam antes, que se agravam com a crise mas que lhe sobrevivem no essencial.

A economia portuguesa pertence a este último grupo.

Desde o início da década que não arranca enredada na velha falta de competitividade e a crise internacional só veio agravar os desequilíbrios disfarçando-os na desgraça global. O Governo agradece, naturalmente, este mascarar dos problemas, mas quando a crise desaparecer os nossos atrasos próprios, muito nossos, voltarão a ficar bem à vista.

Do mesmo passo as empresas que não souberam modernizar-se, que não conseguem competir com os custos mais baixos da Ásia são aquelas que vão sair da crise com os mesmos problemas de fundo. Terão futuro se forem salvas de forma artificial? Dificilmente a menos que se reestruturem verdadeiramente. É o exemplo da indústria automóvel americana que não entendem que o seu modelo de negócio está esgotado, os automóveis americanos gastam demasiado combustível e



poluem acima da média europeia ou japonesa e a abertura de mercado tenha permitido a Toyota destronar a G.M. de maior fabricante mundial.

O presidente Obama ao forçar a reestruturação das empresas – as três grandes de Detroit General Motors Chrysler e Ford e ao levar o presidente da G.M. a demitir-se como pré-condições para novas injeções de dinheiro dos contribuintes, a Casa Branca dá um sinal essencial: a festa acabou e não vale a pena insistir em modelos e gestores que até agora não resolveram problema algum.

Mais cheques de dinheiros públicos, com que planos?

SAÍMOS DA RECESSÃO E DA CRISE?

Alemanha, França e Portugal dão sinais de melhoria, seguidos pelo Japão tornando-se a terceira potência mundial a regressar a um ritmo de crescimento positivo.

Os dados da zona euro denunciam um desempenho ainda medíocre das economias, mas mostram que duas das maiores – Alemanha e França – saíram já do vermelho, com crescimentos de 0,3% no produto. Um valor que é extensível a Portugal a recuperar em unísono com dois dos seus mais importantes parceiros comerciais. Mas se os sinais de evolução económica são animadores já os números do desemprego são dramáticos. Com os valores do desemprego a servirem de contraponto à expansão económica, existem sinais de que estamos longe do melhor dos mundos.



LEGISLAÇÃO - NOVEMBRO 2009

Dia 2

DL 318/09 – Cria a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, e aprova os respectivos estatutos

Dia 12

P 1388/09 – Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos, para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial

Dia 17

P 1391/09 – Estabelece os termos do financiamento dos benefícios adicionais de saúde

Dia 20

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 14/2009: “O período de adaptação à liberdade condicional previsto no artº 62º do Código Penal pode ser concedido, verificados os respectivos pressupostos, a partir de um ano antes de o condenado perfazer metade, dois terços ou cinco sextos da pena, com o limite de cumprimento efectivo de um mínimo de seis meses de prisão”

Dia 23

Declaração de rectificação nº 86/2009: Rectifica o DL 295/2009, de 13-10, do MTSS, que altera o Código do Processo do Trabalho

Dia 25

Resolução nº 21/09/A da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Resolve aprovar a Conta da RAA referente ao ano de 2007

Dia 26

Resolução do Conselho de Ministros nº 112/09 – Cria o INOV – SOCIAL destinado a promover estágios profissionais e a inserção anual de 1000 jovens quadros qualificados em instituições de economia social sem fins lucrativos, tendo em vista apoiar a modernização das instituições e o emprego jovem

Dia 30

Decreto Legislativo Regional nº 19/09/A – Cria o Vale Saúde na Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo regional nº 20/09/A – Estabelece medidas de apoio aos indivíduos portadores da doença de Machado - Joseph.

FORMAÇÃO 1.º Trimestre/2010 EXCEL AVANÇADO

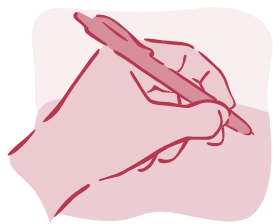
**Lisboa - A formação de “EXCEL AVANÇADO”
será realizada de 22 a 25 de Fevereiro.**

**Para esta data poderão inscrever-se os sócios
que assim o desejarem.**

CORPOS GERENTES 2009-2013

A lista candidata foi eleita na Assembleia Geral de 2009-12-03 com 92% dos votos a favor, 7% de abstenções e 1% de votos contra.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	António Silva Fernandes	Fernando Luís S. de Azevedo
EFFECTIVOS	Rui Fernando Romano Afonso	Luís Manuel Araújo
Joaquim Maria Fernandes Marques	Nuno José C. Ramos Mendes	Manuel Fernandes Araújo
Maria Manuela Gomes	Maria Isabel O. F. Roque	Ana Jesus Mira Salgado
Maria Laura Maia e Silva	Ana Marisa Trindade Silva Rente	Maria Helena Marcos Diogo
José António Magalhães Feu	Cidália Maria S. Vilela	Álvaro Amorim Carneiro
SUPLENTES	António José R. P. M. Almeida	Maria Inês Rocha Graça
Jorge Maria Ramalho Silva Ferreira	José Manuel do Espírito Santo Romão	Anabela Ferreira Rodrigues
Francisco José Parra Curinha	Ana Margarida Candeias	José Pedro F. Costa
José António Machado de Almeida	Maria Teresa Magalhães Carvalho	Maria Amélia Alves Cabaço
João Paulo Moreira de Carvalho	Maria Antónia David	Cristina Maria Carvalho M. Silva
	Cecília Conceição Clara A. M. Fialho	SUPLENTES
CONSELHO FISCAL	Celso Simões Mendes	Manuel Peres Alonso
EFFECTIVOS	Ana Sofia Martins Mestre	Maria Gabriela S.F. Acabado
José Joaquim Xavier Ferreira	Maria Helena Lopes Madeira	Paulo Froilano Carvalho
José Joaquim C. Duarte Lourenço	Valter Sousa Faria	Maria José Pires Taborda
Carlos Manuel Costa Teixeira	Miguel Gonçalves	Paulo Jorge Cunha Almeida
SUPLENTES	Maria Margarida Martins Coelho Messias	Maria Margarida M. Silva
José Augusto do Rosário Silva	Maria Manuela Pereira de Sousa	Maria Beatriz Mangas
Paulo Alexandre dos Santos Silva	Maria de Fátima B Jorge	Elsa Vera R. Moreira
Luís Manuel S. Tolda	Manuel Gonçalves dos Santos	Lino Lopes da Silva
	Paula Bettencourt Dias da Silva	David Silva Ferreira
DIRECÇÃO	João Manuel B. F. Alves Lima	Gina Rodrigues Martins
EFFECTIVOS	Ana Cristina Sampaio Simas	Luís Silva Martins
Leodolfo Bettencourt Picanço	Rui Jorge Ferreira	Hilário Coelho
Maria Odete Santana	Leonor da Conceição A. Rocha	Elisa de Abreu Fernandes
Armando M. dos Reis Cruz	Helena Conceição Costa de Brito	Adelino Martins Oliveira
Jorge Manuel V. Alves Pereira	Maria Isabel Espírito Santo	Maria Alexandrina Dinis Fonseca
Maria Teresa Gomes Rosa	Rita Paula L. Bento de Gouveia	Maria Emília Herdade Barreiros
Helena Silva Rodrigues	Manuel Deus Fortuna	Emília Fernanda M. A. Gouveia
Rosa Fernandes e Sousa	Vasco Luís Camacho Rodrigues	Paula Honório Batista Engana
Paulo Sérgio Ferreira	Manuel José de Sousa Pita	José Carlos Barreiros Correia
Ana Paula Simão	Nuno Silva Santos Nunes	Miguel José Loureiro Vargas
Maria Helena F. Guimarães da Costa	Cândida Nascimento Madeira	Miguel Alexandre Dias
Paulo Alexandre Dias Barroca	Carla Sofia da C. Dias Ramos	Isa Maria Correia Serôdeio Gomes
João Manuel Farias da Silva	Fernando A. Valente N. A. de Oliveira	João Pedro Coutinho Pelica
Maria Beatriz G. D. R. de Almeida	José Pedro Simões	José Boto Vieira
Francisco José S. Coelho Henriques	José Artur Gordinho São Marcos	Rui Pedro Alves Lima
Ilídio José Gomes Loução	David Manuel G. Mendes Calão	Cândida Conceição Silva Cardoso
Lígia Conceição Sebastião Gonçalves	Rui Manuel Santos de O. Nunes	José da Conceição Nunes
Gonçalo A. Becerra da Costa	Carlos Alberto Lisboa	Carlos Duarte Reis Fernandes
Américo Sousa Martins	João Carlos Ramos Freire	Álvaro Manuel Saraiva Silva
Vítor Eduardo C. Pires Marques	José Rafael Calhaz Cardoso Fonseca	Maria Luísa Neves Santos
Aurélio Rodrigues	Ana Maria Branco Policarpo	Ana Maria Costa Ribeiro
Dulce Maria Santos Figueiredo	João José Proença Milheiro	Carlos Vivaldo Martins Santos
Miguel Carlos Rodrigues	Paulo Jorge Cameira dos Santos	Sílvia Simões N. Serens
Maria Manuela Brito Esteves	João C. Almeida Fernandes	Isabel Alexandra Gradim Oliveira
Maria Albertina Rocha	Maria João Marcelo Curto	



Opinando...

Por: José Carvalho

POR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

O sindicalismo tem na sociedade actual uma importância acrescida. A globalização veio trazer o primado do mercado, a liberalização do comércio mundial e também a chamada “aldeia global”. Alguns países em vias de desenvolvimento, por beneficiarem da deslocalização de muitas indústrias, têm hoje níveis de crescimento muito acima da média. Surgiram também novas potências emergentes, casos da China, Índia e Brasil. Verdade seja dita, que em muitos casos essa deslocalização industrial e esse desenvolvimento económico assentaram em grande medida, nos baixos salários e num certo “dumping social”.

Porém, esta globalização acarretou mudanças sociais que genericamente não foram favoráveis para o mundo do trabalho nos países da Velha Europa (onde gerações lutaram pelo designado Estado Social). Os sintomas mais evidentes foram precisamente a deslocalização de muitas indústrias, falências e desemprego. Concomitantemente com uma crescente dificuldade de implantação dos sindicatos, assistiu-se por toda a Europa a um clima adverso ao funcionalismo público (um antagonismo surgido contra alegados privilégios dos funcionários públicos), e que foi por vezes explorado demagogicamente.

A perda de direitos, a precarização dos postos de trabalho, a privatização e a externalização de serviços do Estado, foram alguns dos episódios ligados às políticas europeias neoliberais. Paralelamente assistiu-se a uma redução de efectivos no funcionalismo público, mas também objectivamente, em muitos casos, uma redução da oferta de serviço público.

O papel do Estado continua na ordem do dia, e desde aqueles que têm uma visão neoliberal (do Estado reduzido ao mínimo, porque é considerado um empecilho à livre iniciativa), até aqueles que defendem um maior intervencionismo, o certo é que há hoje na Europa uma tendência paulatina para a redução do papel do Estado (um papel que foi no entanto decisivo - e reclamado por todos! - aquando das medidas de combate à crise, resultantes da recente recessão da economia mundial).

O Pacto de Estabilidade e Crescimento é hoje uma política europeia e, como se sabe, faz cavalo-de-batalha na redução dos déficits orçamentais. Esta tem sido a pedra de toque dos ministros das finanças

europeus, por via da pressão institucional de Bruxelas, e pretexto essencial para maior emagrecimento dos efectivos de funcionários públicos pela Europa fora. O problema é saber os custos ocultos que podem resultar duma perda de qualidade dos serviços públicos. A ninguém interessa a inoperância dos serviços públicos, nomeadamente em áreas críticas, como por exemplo, a segurança interna, a justiça, a saúde, a educação, etc. Mas, curiosamente, muitas vezes são aqueles que pedem maior emagrecimento do Estado, a apontar primeiro o dedo às suas alegadas faltas de eficácia.

É um facto que há sociedades mais evoluídas, nomeadamente nos factores dinâmicos de competitividade, por exemplo, no empreendedorismo, na investigação e desenvolvimento tecnológico, ou na inovação. Há sociedades onde a intervenção do Estado é mais importante: é o caso do nosso País, onde os problemas estruturais da nossa economia continuam a ser uma realidade, e onde há até espaço para um certo keynesianismo económico.

Além disso, ao contrário da conversa de certos especialistas da macroeconomia, o problema não se esgota nos déficits, no PIB ou nas taxas de crescimento. Há uma realidade social premente que se não for atendida se pode tornar explosiva, principalmente por causa do desemprego e do elevado número de reformados e pensionistas. Claro que o crescimento da economia é importante para criar empregos, mas este não pode ser um fim em si mesmo. É fundamental o bem-estar e a coesão social.

É necessário otimizar os recursos humanos do Estado, com um compromisso aceitável entre o nível de despesa e a qualidade do serviço prestado. Mas isto implica reorganização e manter uma “massa crítica” necessária para o desenvolvimento satisfatório das actividades. Por nós o serviço público não deve ser minimalista, já que é importante e necessário para o desenvolvimento do nosso País, e para a referida coesão social. O serviço público é dos cidadãos e estes, querem sem dúvida, e merecem, um serviço público de qualidade.

Neste contexto, é fundamental o papel dos sindicatos, para exercerem um sindicalismo actuante e responsável – como é apanágio do STE - em prol de um serviço público de qualidade.

PROTOSCOLOS - STE

LUGAR AO SOL - Turismo Promocional

Local e contactos:

Rua Ponte de Lima, 12
 Urb. Sol das Quintinhas
 2820-525 Charneca Caparica
 Tel / Fax: 212 970 488
 Tlm: 91 980 36 10
 Tlm: 96 563 50 00
info@lugaraosol.pt
apoioaocliente@lugaraosol.pt
empresas@lugaraosol.pt



Evite as filas das compras de Natal,
 ofereça **7 Noites para 2 Pessoas**
 por apenas **55€**

Clientes Habituais ou
 sócios de entidades protocoladas
7 Noites = 40€ ou
7 Noites + 7 Noites = 65€

Campanha de Natal - Talonário de 7 noites + 7 noites de Oferta

NATULMENTE - SANTO TIRSO

NATULMENTE- Centro de Terapias Integradas

- 15% - nas especialidades, nas massagens e nos tratamentos;
- 10% - nas mensalidades das actividades (desde que haja vantagens disponíveis).

Para usufruir dos serviços basta apresentar o cartão de associado ou uma declaração que ateste essa qualidade

Local e contactos:

Rua Professor Sampaio Carvalho, nº 32
 4780-533 SANTO TIRSO
 Tel. 252858209/919686662 - www.natulmente.pt - natulmente@sapo.pt

CULTURDANÇA - V. N. GAIA

CULTURDANÇA - Escola de Danças

- 10% - sobre o preço praticado para os utentes da Escola

Para usufruir dos serviços basta apresentar o cartão de associado ou uma declaração que ateste essa qualidade

Local e contactos:

Rua Tenente Valadim, 662
 4400-323-Canidelo-Vila Nova de Gaia
 Tel. 227 721 829 - www.culturdanca.blogspot.com - culturdanca@gmail.com

IDEAL ÓPTICA - MALVEIRA

IDEAL ÓPTICA

- Descontos: Aros e lentes - 20% - Óculos de sol e lentes de contacto - 15% - Outros produtos ópticos - 10% - Consultas de Optometria/Contactologia - Grátis mediante marcação.
- Consultas de Oftalmologia (com acordo directo com ADSE, MIN.JUSTIÇA, SAMS, EDP entre outros).

Local e contactos:

Estrada Nacional Nº 8
 Edifício Salamanca, Bloco A - R/c Dt.º Loja 2665-258 MALVEIRA
 Tel. e Fax.: 219 660 377 - www.shopping-mafra.com - idealopticalmalveira@sapo.pt

Notícias de Coimbra



O Congresso fundador da UGT-COIMBRA, realizado no passado dia 31 de Outubro, no Hotel D. Luís em Coimbra, teve como finalidade, a criação da primeira união da UGT a ser constituída no País, UGT – COIMBRA.

Contudo a oficialização da UGT - COIMBRA só se torna efectiva com a publicação dos seus Estatutos.

No passado dia 8 de Dezembro, no BTE (Boletim do Trabalho e Emprego) nº 45, foram publicados os respectivos Estatutos e constituição dos órgãos.

Como também já foi noticiado no INFO de Novembro, o STE ficou representado em todos os órgãos da UGT – COIMBRA: Mesa da Assembleia, pelo colega Nuno Casal Mendes Ramos, Direcção/secretariado, pela colega Maria Isabel Roque e Conselho Fiscal pela colega Ana Marisa Rente.

O Secretariado de Coimbra



**SINDICATO DOS QUADROS
TÉCNICOS DO ESTADO**

SEDE:

R. Braamcamp, 88-2º Dtº

1269-111 LISBOA

Telef.: 21 386 00 55

Fax: 21 386 07 85

E-Mail: ste@ste.pt

DEPARTAMENTO

DE FORMAÇÃO:

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-2º C

1050-117 LISBOA

Telef.: 21 317 20 99

Fax: 21 317 07 02

PORTO

R. da Alegria, 248 - 1º Esq.

4000-034 PORTO

Telef.: 22 200 46 30

Fax: 22 200 46 29

E-mail: steporto@mail.telepac.pt

COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães,

Nº 676 - 3º andar - sala 1

3000-174 COIMBRA

Telef.: 239 838 176

Fax: 239 82 51 86

E-mail: stecoimbra@iol.pt

ÉVORA

Rua de S. Domingos, 21

7000 Évora

Tel. e Fax: 266 74 47 71

961724137/47

E-mail: ste.evora@gmail.com

AÇORES

Rua do Rego, 24 - 1º,

9700-161 ANGRA DO HEROISMO

Telef. e Fax: 295 217 079

E-mail: steacores@post.com

MADEIRA

R. Câmara Pestana, 6

1º andar, Sala D

9050-017 FUNCHAL

Telef.: 291 226 023

Fax.: 291 226 028

ALGARVE

Rua Vasco da Gama, 54, 2º Dto.

8000 FARO

E-mail: ste.algarve@gmail.com

VISEU

E-mail: ste.viseu@sapo.pt

Telem.: 961 879 731

Directora:

Maria Teresa Rosa

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 18.000 exs.